

A PRODUÇÃO DE SEMENTES DE VARIEDADES CRIOULAS E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA CAMPONESA NO MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR – MCP – NO BRASIL

Sandra Aparecida Alves
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFG/CAC
E-mail: sanddrap@hotmail.com
Brasil

Gilliard Pedro Marques
Especialização em Geografia na UFG/CAC
E-mail: gilliardfc21@gmail.com
Brasil

Marcelo Rodrigues Mendonça
Prof. Dr. Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFG/IESA e Pós-graduação em Geografia na
UFG/CAC
E-mail: ufgmendonca@gmail.com
Brasil

Nascimento da palavra
*Teve a semente que atravessar panos podres, criames
De insetos, couros, gravetos, pedras, ossarais de peixes,
cacos de vidro etc. – antes de irromper.
Agora está aberto no meio do monturo um grelo pálido.
Não sabemos até onde os podres o ajudaram nessa
Obstinação de ver o sol.
Ó absconsos ardores!
É atro o canto com reentrâncias que sai das escórias
De um ser.
Os nascidos de trapo têm mil encolhas...
No achamento do chão também foram descobertas as origens do vôo.
(Manoel de Barros, in O guardador de águas, 1989).*

Resumo

O objetivo deste artigo é chamar a atenção para alguns aspectos da agricultura camponesa. Assim, primeiramente colocaremos em debate a agricultura camponesa, seu modo de vida e sua importância para a produção de alimentos no Brasil. Ainda pretendemos destacar o papel do agronegócio na desterritorialização do campesinato, e em sequência, citaremos a experiência do resgate, produção e multiplicação de sementes de variedades crioulas realizada pelo Movimento Camponês Popular – MCP no Estado de Goiás, Brasil. O resgate das sementes de variedades crioulas é muito mais do que uma forma de resistência ao controle das grandes empresas transnacionais que controlam as sementes, a exemplo da

Monsanto. É uma forma de superação do campesinato, já que a agricultura camponesa e a reforma agrária sempre foram marginalizadas pelo Estado brasileiro. Nunca foi uma prioridade, diferentemente do latifúndio e do agronegócio que sempre foram apresentados e considerados sinônimos de *desenvolvimento* para o Brasil. No momento histórico em que vivemos, a agricultura camponesa e os sujeitos camponeses se encontram sob pressão do mercado capitalista que os forçam à migrações constantes, a inserirem-se no mercado internacional, a produzirem monoculturas, a fornecerem mão de obra para as empresas capitalistas, a se endividarem no sistema financeiro, a integrarem-se com agroindústrias, a complementarem a produção dos latifúndios e a consumirem os *pacotes tecnológicos* das transnacionais. Quando o MCP se propõe a realizar esse trabalho com as sementes de variedades crioulas, também se propõe a resgatar e utilizar técnicas agrícolas do conhecimento associado ao patrimônio genético dos camponeses, que é uma das formas de resgatar a identidade camponesa e uma estratégia de enfrentamento ao agronegócio. As sementes crioulas têm sido armazenadas, reproduzidas e melhoradas milenarmente pelos camponeses e povos indígenas em todo o mundo, além de garantir para toda a humanidade a diversidade étnico-ambiental que herdamos. Tais sementes têm servido como alimento para o corpo e para as emoções. Elas mediam crenças nas relações místicas com o sagrado, unem os diferentes quando se fazem alimentos no cotidiano da vida social, insinuam a partilha pelo seu significado de alimento potencial que pode ser repartido entre os que necessitam plantar e deixam-se latente para despertar como a genealogia de um insuspeitado vir-a-ser, de uma nova ou renovada relação dos homens com a natureza. Hoje está se perdendo grande parte desta sociodiversidade. Muitas dessas variedades estão desaparecendo e se extinguindo, pois com o modelo capitalista de modernização da agricultura, a diversidade está drasticamente reduzida e o campesinato tornando-se cada vez mais dependente da aquisição das cultivares impostas pelos *pacotes tecnológicos*. Antes, as sementes pertenciam aos camponeses e indígenas, era um bem comum, um símbolo da vida. Hoje as sementes estão sendo privatizadas.

Palavras Chaves: Campesinato, Sementes Crioulas, Agronegócio, MCP.

INTRODUÇÃO

As famílias camponesas se relacionam com as sementes nativas, varietais ou crioulas de maneira afetuosa, instintivamente ou pela mediação simbólica nos usos e costumes. O campesinato sabe que as sementes carregam nas suas entranhas a história de um patrimônio genético pleno de sociodiversidade.

As sementes crioulas têm sido guardadas, reproduzidas e melhoradas milenarmente pelas famílias camponesas e povos indígenas em todo o mundo. As sementes têm garantido ao campesinato e para toda a humanidade a diversidade étnico-ambiental que herdamos. E servem como alimento para o corpo e para as emoções. Elas mediam crenças nas relações místicas com o sagrado, unem os diferentes quando se fazem alimentos no cotidiano da vida social, insinuam a partilha pelo seu significado de alimento potencial

que pode ser repartido entre os que necessitam plantar e se deixam latentes para despertar como a genealogia de um insuspeitado vir-a-ser, de uma nova ou renovada relação dos homens com a natureza.

Atualmente, está se perdendo grande parte desta sociodiversidade. Muitas dessas variedades estão desaparecendo e se extinguindo, pois com o modelo capitalista de modernização da agricultura, a sociodiversidade está drasticamente reduzida e o camponês, tornando-se cada vez mais dependente da aquisição dos cultivares impostos pelos *pacotes tecnológicos*.

As sementes crioulas são as sementes derivadas dos cultivos tradicionais. Estas sementes crioulas ou espécies domesticadas resistem até nossos dias devido ao trabalho da agricultura camponesa num processo de tentativas, acertos e erros em seus cultivos repassados de geração em geração. Também são chamadas de comuns, domésticas, caseiras ou tradicionais. Estas espécies domesticadas são aquelas em cujo processo de evolução influiu o ser humano para atender às suas necessidades.

Podemos considerar as sementes como o início e o fim dos ciclos da produção camponesa. A diversidade e a existência de sementes permitem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada localidade, servindo de base para uma alimentação adequada e saudável, permitindo o desenvolvimento das formas culinárias preservadas e desejadas na reprodução cultural dos povos. Portanto, as sementes e o conhecimento associado a elas são partes fundamentais e insubstituíveis da soberania e da segurança alimentar daqueles que as cultivam. Contudo, semente crioula ou nativa é um termo, pois não é reduzido apenas as sementes em si, mas também pode se referir a tubérculos (batata, cará, mandioca etc.) entre outros alimentos conhecidos. A semente além de ser um alimento, representa muito mais, pois retrata as práticas socioculturais de cada Comunidade, já que também, é por meio da alimentação que um povo expressa sua cultura e seu modo de viver. O que está em jogo, por trás dessas terminologias, é a soberania alimentar dos povos, a manutenção das culturas locais e a conservação da natureza para manter o valioso patrimônio genético do qual são detentoras, para tanto as Comunidades Camponesas adotam complexas estratégias. São diferenciados mecanismos de seleção, armazenamento e intercâmbio de sementes que, infelizmente, vêm sendo negligenciados pelos formuladores e executores das políticas públicas, no momento em que desqualificam as sementes produzidas pelas famílias camponesas.

Compreendemos ainda, as sementes como obra da natureza e produto das experiências camponesas e indígenas. Elas são uma criação coletiva dos povos que refletem a história, especialmente das mulheres que foram as primeiras a cultivarem as sementes. As sementes são muito mais que um

recurso produtivo dos povos, são simultaneamente fundamento e produto de culturas e sociedades através da história.

Nesse sentido, as sementes jamais deverão ser apropriadas por quem quer que seja, devendo ter um caráter de patrimônio coletivo dos povos a serviço da humanidade, não de mercadoria como vem sendo utilizada por grandes empresas transnacionais, que privatizam as sementes e as usam como forma de controlar a produção e a alimentação da população mundial.

Já a diversidade e a existência de sementes crioulas novamente nas mãos dos camponeses permitem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada comunidade, servindo de base para uma alimentação adequada, absolutamente saudável e permitindo o desenvolvimento desejado pelos camponeses e camponesas e também a não dependência dos mesmos das transnacionais, sendo que dessa forma se recuperaria a soberania alimentar da população brasileira, pois as sementes estariam (estão) nas mãos dos camponeses que produzem grande parte da alimentação da população brasileira, ou seja, seguras.

O Movimento Camponês Popular – MCP vem desde seu nascimento, realizando um trabalho junto às famílias camponesas, para que as mesmas resgatem, produzam e multipliquem as sementes crioulas no Estado de Goiás – Brasil. Para o MCP a conservação das sementes crioulas faz parte de uma campanha mundial de soberania dos povos quanto à posse de suas sementes, como estratégia de segurança e soberania nacional dos povos.

AGRICULTURA CAMPONESA: UM MODO DE VIDA

A agricultura camponesa no Brasil e a Reforma Agrária sempre foram secundarizadas pela sociedade e pelo Estado e, certamente, nunca foram prioridades enquanto políticas públicas. Nunca foi uma prioridade, diferentemente do latifúndio e do agronegócio que sempre foram apresentados e considerados sinônimos de *desenvolvimento* para o país. Consideramos aqui, diferentes da concepção hegemônica, o agronegócio e o latifúndio como *obstáculos* ao progresso econômico e social, pois equivocado é subestimar a importância da pequena agricultura, do seu papel no processo de mudanças da estrutura agrária vigente no Brasil. Conforme as palavras de Ribeiro (2002, p. 144):

A importância da pequena agricultura é ilustrada pela experiência dos países que em diversos contextos sócio-políticos promoveram a Reforma Agrária. Sem esquecer as peculiaridades de cada um deles, basta citar o significado que tem até hoje as parcelas de terras individuais nos Kolkhoses soviéticos, nas comunas populares chinesas e nos complexos agroindustriais

búlgaros, para não mencionar o caso da Polônia, onde até o presente a forma dominante de posse e uso da terra é a fazenda familiar camponesa.

Apesar das fortes e significativas diversidades históricas é possível considerar que as particularidades da agricultura camponesa no Brasil podem explicar muitos problemas com que vem se defrontando a tão sonhada Reforma Agrária, mas que por diversos fatores e também opções políticas não é realizada. É importante relevar que o movimento camponês no Brasil e suas organizações, há décadas, lutam pela defesa dos camponeses e da concretização da Reforma Agrária.

Um dos pontos importantes que caracterizam a agricultura camponesa é o trabalho familiar, absorvendo todos, desde os mais aptos até os que podem exercer somente atividades *leves*, como os *idosos* e as *crianças*, sendo a participação de mão de obra assalariada externa na atividade produtiva usada como forma e estratégia de reprodução social do campesinato.

Outro ponto importante na economia camponesa é que a utilização de capital é bastante reduzida, tornando a unidade altamente absorvedora de trabalho. Ou seja, a família participa em todo o período produtivo e pela falta de tecnologias adequadas à pequena agricultura, se estabelece uma forte relação homem/mulher-terra.

Outro fator relevante expressa-se nas relações entre a economia camponesa e o mercado, conforme as palavras de Ribeiro (2002, p. 145): “[...] a peculiaridade principal consiste em ser semimercantil, produzindo para consumo próprio e para o mercado diferenciando-se assim da economia de subsistência”.

Percebe-se assim, que a agricultura camponesa possui como objetivo central, por meio do ciclo produtivo, reproduzir a si mesma garantindo a renda familiar, uma produção sustentável numa relação diferenciada com a Natureza.

Em nosso entendimento, há uma oposição entre agricultura camponesa e agronegócio, não sendo o primeiro complemento da segunda, ou seja, são dois modos de produzir que se excluem, pois o agronegócio possui relações contrárias à agricultura camponesa que deixa de ser *terra de trabalho* para se tornar trabalho-capital ou terra-capital, contratando mão de obra assalariada e adotando técnicas e máquinas intensivas em capital.

Nesse sentido, se dá o debate ideológico de caracterização da agricultura camponesa como atrasada, não produtiva, não passando o camponês de um *ignorante* e já o agronegócio é elevado como sinônimo de desenvolvimento, alta produção, sendo o orgulho do Brasil. Dessa forma, o latifúndio

substituiu e se converteu paulatinamente em base de exploração capitalista da terra, mantém seu predomínio político e a opressão sobre os camponeses. Para Carvalho (2013, p.10):

A ideologia dominante, portanto, a ideologia da burguesia seguida de perto e subalternamente pelos governos nacionais, enaltece a empresa capitalista no campo favorecendo a expansão das ideias capitalistas da relação homem-natureza e, nesse sentido, das relações de espoliação e predação da natureza.

A artificialização da agricultura é, então, considerada como a via que melhor atende aos interesses burgueses de se obter a maior lucratividade nos negócios agrícolas, assim como a agromineroexportação reafirma-se como um objetivo governamental constantemente renovado porque favorece as relações comerciais exteriores do Brasil, independentemente de ser essa prática a expressão mais candente do subdesenvolvimento e da dependência do país aos centros mundiais do poder econômico e político.

O denominado agronegócio vigente no país (as empresas capitalistas direta e indiretamente relacionadas com o campo) enaltece e reproduz sem se ruborizar, pela promoção consciente da subalternidade colonial brasileira perante as economias altamente desenvolvidas, a primarização da economia exportadora nacional onde predomina a espoliação da natureza.

A partir desta concepção, a disputa pela terra entre o agronegócio e o campesinato se torna um confronto desigual, uma luta entre o atraso e o moderno. Essa falsa dicotomia produzida pelas classes dominantes e o Estado brasileiro aumenta ainda mais a apropriação privada dos bens naturais e penaliza e empobrece o campesinato, já que ele é considerado um produtor de segunda linha.

O campesinato brasileiro não é o europeu, possui outro processo histórico em sua constituição, de forma que dentro do campesinato existem várias categorias, diferentes modos de vida, como por exemplo, os caboclos, ribeirinhos, quilombolas e outros. Mas, por isso não deixa de ser camponês, de ter seu modo de vida e um papel importante na agricultura brasileira. Agora, é claro que a estrutura agrária vigente não é a ideal, ao contrário, é necessário se construir outra estrutura na qual a agricultura camponesa tenha papel estratégico no setor agrícola brasileiro.

Uma marca forte da agricultura camponesa no Brasil é a diversidade. Diversidade cultural a partir de raízes culturais diferentes e de *jeitos diferentes* de se relacionar com a natureza, pois em contato com mundos naturais diferentes. O Brasil é grande e diverso. Os camponeses brasileiros são muitos e têm na sociodiversidade uma de suas riquezas. Souberam adaptar-se ao mundo onde fincaram o pé.

É isso que explica porque o campesinato brasileiro faz de tudo, produz de tudo, de várias formas, nos diversos biomas, nos inúmeros agroecossistemas, nos centenas de microclimas, de forma integrada, convivendo com as especificidades de cada local, vivendo com o que a natureza responde sem ser agredida e destruída em cada *canto*, encosta de serra, beira de rio, fundo de pasto, mata adentro, sob

chuva intermitente, sob sol causticante, com geada de inverno: o melhor mapa rural do Brasil é o mapa da diversidade da presença camponesa.

A PERVERSA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

A modernização da agricultura se desenvolveu no bojo da Revolução Verde¹. Foram duas fases: a pioneira a partir de 1943, de caráter experimental, onde o Brasil foi um dos pilotos; e a de 1965, designada de expansão, com o objetivo de difundir os pacotes tecnológicos. Essas ações permitiram uma intervenção controlada do processo de produção agrícola ao nível da infraestrutura da produção, sobretudo em relação ao uso de sementes, adubos, agrotóxicos e equipamentos e do controle da articulação dos produtores através da assistência técnica e orientação do crédito rural. Para Andrade & Ganimi (2007, p. 44):

[...] para os produtores terem acesso aos pacotes tecnológicos, nos países subdesenvolvidos, foi necessária uma ampliação do crédito por meio de convênios intergovernamentais com o objetivo de financiar a importação de insumos e de maquinário agrícola. Tal medida teve um peso muito forte para convencer os produtores a implantarem, em suas propriedades, um manejo de produção com base nos pacotes, favorecendo o surgimento da Revolução Verde, portanto, pode-se observar que o processo de modernização da agricultura vai muito além de uma mudança técnica, acontece todo um conjunto de variáveis sociais, políticas e econômicas que permitem sua implantação cuja compreensão só é possível a partir da análise crítica de tais variáveis.

Na década de 1950 observou-se a aceleração industrial e a modernização da economia brasileira como um todo, o que também influenciou as atividades agrárias. A partir de 1964 destacou-se a constituição do novo complexo agroindustrial nacional, caracterizado pela integração da agricultura com a indústria. À agricultura coube o papel de fornecer alimentos para os grandes centros urbanos em formação, produzir matérias-primas agroindustriais e mercadorias destinadas à exportação.

A modernização levou à subordinação do setor agrário, aos interesses urbanos e ao endividamento do camponês, pois o aumento crescente da produção resultou em preços cada vez menores para os produtos agrícolas, enquanto os insumos industrializados tornaram-se cada vez mais caros. A política agrícola pós-1964 também privilegiou a grande produção, beneficiada por amplos subsídios, como os financiamentos facilitados, juros especiais para os produtos de exportação ou de

¹ “Revolução verde – um jeito capitalista de dominar a agricultura” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 13). É o período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia (BELATO apud ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 13).

interesse governamental e as facilidades para a aquisição de terras em regiões de fronteira, como a Amazônia. As políticas agrícolas nos anos 1970 passaram a diferenciar o tipo de produtor em pequeno, médio e grande para estabelecer taxas distintas de financiamento. Porém, é necessário diferenciá-los sob outro prisma: o sentido da terra para os capitalistas e para os camponeses. Assim, podemos concluir que a modernização da agricultura favoreceu a agricultura capitalista, apenas.

Assim, os camponeses, que produziam os alimentos não foram beneficiados pelos subsídios citados, e o resultado do “novo modelo agrícola” implantado foi o endividamento e a perda da terra. Algumas consequências da modernização do espaço agrário devem ser mencionadas: o aprofundamento da concentração fundiária; o benefício governamental aos setores exportadores e produtores de matérias-primas; o declínio da produção de alimentos na década de 1980, o que resultou no aumento do custo de vida.

Este processo ocorreu à revelia, pois foi imposto e determinado a ser o *único* modelo, sem oportunidades de que outras alternativas fossem estudadas e defendidas. Atualmente, quando esse modelo começa a ser substituído, lentamente, pelo modelo *biotecnológico* com seus produtos transgênicos, em que se valoriza o conhecimento tecnológico e não mais a terra e as máquinas/capital, ampliam-se as discussões apontadas pelo paradigma e/ou alternativa da produção agroecológica nas mãos dos camponeses. Essa é a alternativa que os movimentos apresentam para o país e que devemos levar em consideração: a agroecologia.

Muitos estudiosos não acreditam nessa via, pois acreditam ser o agronegócio a melhor opção de produção. A discussão é que agricultura camponesa é atrasada e não produz, o que não é verdade, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, os camponeses são responsáveis pela segurança alimentar² do Brasil. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE), existem 4.367.902 estabelecimentos de agricultura camponesa. Eles representam 84,4% do total dos estabelecimentos, mas ocupam apenas 24,3% da área total de estabelecimentos agropecuários brasileiros, ou 80,25 milhões de hectares. Já os estabelecimentos destinados ao agronegócio representam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área total. (Tabela 01)

² Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA: Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de 677 reais por hectare/ano. Fonte: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3594546. Reportagem de: 30/09/2009. 10:09 horas.

**Tabela 01 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área
Brasil – 1985/2006**

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (há)		
	1985	1995	2006
Total	374 924 421	353 611 246	329 941 393
Menos de 10 ha	9 986 637	7 882 194	7 798 607
De 10 ha a menos de 100 ha	69 565 161	62 693 585	62 893 091
De 100 ha a menos de 1 000 ha	131 432 667	123 541 517	112 696 478
1 000 ha e mais	163 940 667	159 493 949	146 553 218

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/2006.

Podemos perceber na tabela acima que a concentração fundiária não se alterou no Brasil, conforme análise do IBGE abaixo:

Os resultados do Censo Agropecuário 2006 mostram que a estrutura agrária brasileira, caracterizada pela concentração de terras em grandes propriedades rurais não se alterou nos últimos vinte anos. A manutenção da desigualdade na distribuição de terras expressa-se na comparação das informações nos três últimos censos agropecuários: Na comparação entre 1985, 1995 e 2006, as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43% (146,6 milhões de hectares) da área total em ambos os três censos agropecuários. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados. (Informativo para a imprensa nº 124, Censo Agro 2006: revela retrato do Brasil Agrário. IBGE - 2009).

E ainda, é importante destacar que os camponeses produzem 40% da produção agropecuária do Brasil (medida pelo Valor Bruto da Produção Agropecuária Total), apesar de terem apenas 24% das terras, e ainda, nas piores condições de topografia e fertilidade. Além disso, sabe-se que grande parte da produção dos camponeses é para auto-sustento e portanto não é vendida. Já o agronegócio tem 60% da produção agropecuária do país, tendo 76% de todas as terras do país, entre elas as mais planas e férteis e melhor localizadas para as demandas do mercado. Os índices da produção camponesa podem ser observados nas tabelas 02 e 03:

Tabela 02: Participação da agricultura camponesa na produção de alimentos

Produto	2006 – Lei AF
Mandioca	88,30%
Feijões	68,7%
Leite de vaca	56,4%
Suínos	51,0%
Milho	47,0%
Arroz	35,1%
Cafés	30,30%
Trigo	20,7%
Ovos	17,1%
Soja	16,90%

Fonte: Censo Agropecuário 2006 - IBGE

Tabela 03: Pessoal ocupado na agricultura camponesa

	Pessoal Ocupado (total)		AF/Total (%)	
	1995/6	2006	1995/6	2006
Norte	1.542.577	1.456.344	82,2	88,0
Nordeste	6.809.420	6.716.762	82,9	87,2
Sudeste	2.036.990	1.871.374	59,2	57,0
Sul	2.839.972	2.413.457	83,9	82,6
Centro-Oeste	551.242	590.918	54,1	58,5
Brasil	13.780.201	13.048.855	76,9	78,8

Fonte: FAO/INCRA – Censo Agropecuário (1995/96 e 2006).

Em cada 100 hectares da agricultura camponesa se emprega 15,4 pessoas, enquanto o agronegócio emprega apenas 1,7 pessoas na mesma área. No Plano Safra de 2012/13 o Governo Federal destinou 18 bilhões para a agricultura camponesa e 115,25 bilhões para o agronegócio. Mesmo com a concentração de crédito nas mãos do agronegócio, é a agricultura camponesa que garante o abastecimento com os produtos de primeira necessidade para a nação brasileira. Pasmem! Inclusive em relação à produção de animais bovinos os pequenos respondem por 37,7% e os grandes por 21,8% da produção nacional. Nessa perspectiva, sabe-se que esse plano é agrícola e não agrário.

Se fizermos um exercício de aplicação generalizada destes dois modelos para o restante do país, verificaremos que se o atual modelo concentrador prevalecesse, doze milhões de postos de trabalho desapareceriam e, se ao contrário, se generalizasse a agricultura familiar, 26 milhões de postos de trabalho seriam criados³. Estas simulações nos dão à dimensão da crise social a que o país foi levado com a política fundiária concentradora, agravada com a aceleração da desterritorialização camponesa. Para Andrade & Ganimu (apud ZAMBERLAN e FRONCHETI, 2001, p. 46):

Os impactos ambientais, econômicos e sociais acarretados pela modernização da agricultura baseiam-se no uso intensivo dos pacotes tecnológicos, na mecanização do trabalho, na união entre agricultura e indústria, na seleção das espécies, na monocultura, no latifúndio e no consumismo desmedido, principalmente dos países desenvolvidos. Com relação à questão ambiental, pode-se destacar a erosão genética como sendo um dos processos de degradação provocado pela seleção das espécies e pelo desmatamento. O processo de modernização na agricultura acentuou a extinção de espécies, tanto animais, quanto vegetais, por ter se dedicado a produtos, economicamente mais rentáveis. Estimativas realizadas pelo *Wordwatch Institute, USA*, mostram que a erosão genética, hoje, é de uma espécie a cada hora.

Assim, podemos afirmar que a modernização conservadora implantada no Brasil, afirmou o latifúndio que, conseqüentemente, evidenciou os conflitos pela terra. No entanto, a busca por alternativas para a afirmação da agricultura camponesa continua viva nos Movimentos Sociais do Campo. O resgate e a produção de sementes de variedades crioulas é uma forma de resistência e negação do campesinato ao *pacote verde* e a lógica da exploração e apropriação do espaço agrário.

A EXPERIÊNCIA DE RESGATE, PRODUÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DE SEMENTES CRIOLAS NO MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR – MCP: RESULTADOS

A Agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo, mas é um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária com a predominância do trabalho familiar, não assalariado, não capitalista. Mas esta forma de agricultura não se define só pela forma como trabalha, a família camponesa vive e sobrevive com pouca terra. Nisto se distingue da agricultura capitalista, feita em grandes áreas e com trabalho alheio.

A agricultura camponesa prima pela diversificação na produção. Não é monocultora. Combina produção animal com produção vegetal e faz agricultura e criação de animais o ano todo, tem um papel

³ INCRA, 2003.

importante na agricultura camponesa. Para tanto, a posse da terra é um dos elementos fundamentais da constituição do espaço de liberdade proporcionado por esta forma de produzir alimentos e de viver.

No momento histórico em que vivemos, essa agricultura camponesa se encontra pressionada pelo mercado capitalista. Essa ação mercadológica força os camponeses à migrações constantes, a se inserirem no mercado internacional, a produzirem monoculturas, a fornecerem mão de obra para as empresas capitalistas, a endividarem-se no sistema financeiro, a integrarem-se com as agroindústrias, a serem complementares à produção dos latifúndios e a consumirem o *pacote tecnológico* das transnacionais.

No sentido de encontrar uma alternativa o Movimento Camponês Popular – MCP vem desenvolvendo uma experiência de resgate, produção, multiplicação e distribuição de sementes de variedades crioulas no Estado de Goiás, além de outros estados do país e em alguns países da África, como Moçambique e África do Sul.

Quando o MCP propõe o resgate e a multiplicação das sementes de variedades crioulas, busca também o resgate e utilização de técnicas agrícolas do conhecimento associado ao patrimônio genético dos camponeses, que é uma das formas de resgatar a identidade camponesa e uma estratégia de enfrentamento ao agronegócio. E a produção das sementes crioulas está contribuindo na busca da independência social econômica e cultural dos camponeses e camponesas.

Com esse projeto está sendo implantado um programa de recuperação, preservação, multiplicação e distribuição de sementes de variedades crioulas em Comunidades Camponesas do Estado de Goiás, assim como, o melhoramento dessas sementes e tendo como referência o manejo da diversidade genética, do ponto de vista da pesquisa agrícola, que consiste em resgatar, avaliar, caracterizar, selecionar e conservar os recursos genéticos de uma espécie. Isso vem desempenhando, atualmente, um papel relevante em comunidades de agricultura camponesa, onde são comuns os problemas de estresses ambientais, como os relacionados à fertilidade dos solos e condições climáticas desfavoráveis. Estas práticas estão contribuindo para a construção de um ambiente agrícola sustentável, com a elevação de renda e agregação de valores ambientais e sociais, criando as bases para a construção da autonomia relativa das famílias camponesas, que passam a ter soberania sobre a produção das sementes e assim consequentemente, na produção de alimentos.

A diversidade e a existência de sementes permitem assegurar a abundância e a diversidade alimentar em cada Comunidade, servindo de base para uma alimentação adequada, absolutamente

saudável e permitindo o desenvolvimento desejado pelos camponeses e camponesas e também a não dependência dos mesmos das transnacionais.

O Movimento Camponês Popular – MCP nasceu em Goiás em 2008. Atua em grande parte do Estado de Goiás organizando as famílias camponesas em grupos de base nas Comunidades Camponesas para defender e conquistar seus interesses. Em setembro de 2009 o MCP realizou seu I Congresso “um Ano de MCP”, em Goiânia com a participação de 200 camponeses e camponesas dos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Tocantins. (Foto 01). Após o Congresso, o MCP fortalece sua organização no Estado de Goiás e os laços com outros Estados no intuito de construir o movimento nacional, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde já havia desde o início do surgimento do MCP uma vontade por parte de camponeses gaúchos de se construir a organização naquela região.



Foto 01 - Congresso “um Ano MCP” Goiânia GO – 2009.
Fonte: arquivo do MCP

O MCP é um movimento camponês de caráter popular, autônomo, formado por camponeses e militantes sociais, organizado em grupos de base nas Comunidades Camponesas e sempre respeitando a diversidade camponesa. Entre as ações que considera prioritárias para o fortalecimento do campesinato estão o resgate, a produção, a multiplicação e a distribuição de sementes de variedades crioulas.

O trabalho de resgate, produção, multiplicação e distribuição de sementes crioulas do MCP é um dos maiores do país. Já foram produzidas e distribuídas cerca de 800 toneladas de sementes crioulas em Goiás e em outros Estados brasileiros. Para tanto realizou encontros e debates com as famílias camponesas. (Foto 2).

Em 2011, realizou a “Feira e Festa das Sementes, Mudas e Raças Crioulas em Defesa da Biodiversidade” e o “Seminário Biodiversidade e Sementes Crioulas” na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão entre os dias 07 e 10 de julho (Foto 02). A Feira contou com 30 barracas de exposição de artesanato, processados, mais de 2000 mudas, 29 raças crioulas e mais de 300 variedades de sementes crioulas, das quais 25 variedades de milho, 12 de mandioca, 05 de arroz, além de sementes e mudas de frutas e flores. (Foto 03).



Foto 02: Seminário Biodiversidade e Sementes Crioulas. Catalão/GO
Fonte: arquivo do MCP

O resgate das sementes crioulas, mas que garantir a autonomia dos camponeses na produção de alimentos, garante a luta em defesa da soberania alimentar tendo sempre como lema a campanha internacional da Via Campesina – *Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, não nas mãos de grandes empresas que têm como única finalidade o uso das sementes para garantir seus lucros, pois sabem que toda a humanidade precisa das sementes, uma vez que sem as mesmas, não há

alimentos. Sabemos que as sementes de volta nas mãos dos camponeses e camponesas é a garantia da produção de alimentos saudáveis para a população.



Foto 03:Feira de Sementes Crioulas. Catalão/GO
Fonte: arquivo do MCP

Ao mesmo tempo em que se resgatam as sementes crioulas são também recuperados saberes, espaços socioculturais, ritos, mitos e significados que ficaram *sepultados* na história. Essas lutas de resistência nos informam pelas suas práticas que outro mundo é possível.

Lutar pela diversidade biológica e étnica é reconstruir a relação afetuosa que as sementes crioulas sempre nos proporcionaram. Ao se manusear uma semente preservada pelas camponesas, povos indígenas e quilombolas pode-se sentir a energia da vida que atravessou nossa história. Nesse toque elementar e simbólico se perceberá o porquê a semente crioula é patrimônio da humanidade.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Percebemos, claramente a falência desse modelo agroexportador, existente no Brasil. Apesar de ter havido um aumento da produtividade, outros fatores são relevantes e devem ser considerados, como, a

expulsão camponesa das terras, o envenenamento do ecossistema pelo uso de agrotóxicos, enormes prejuízos à saúde, a concentração fundiária e de renda, a marginalização dos trabalhadores rurais, a diminuição e extinção da Agrobiodiversidade, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no país.

Já a organização dos Movimentos Sociais do campo e o trabalho de resgate e produção de Sementes de variedades crioulas, possui um papel fundamental para preservação da agrobiodiversidade. As sementes e o conhecimento associado a elas são partes fundamentais e insubstituíveis da soberania e da segurança alimentar daqueles/as que as cultivam.

Por fim, junto à indignação de ver toda a biodiversidade existente ser apropriada pelo capital, fica a certeza, de que a luta de resistência está sendo feita pelo campesinato que ousa afirmar seu conhecimento. E ainda, que a organização dos trabalhadores e dos camponeses é a única forma de se realizar mudanças concretas e fazer com que o espaço agrário brasileiro não seja mais o lugar da exploração e apropriação da lógica de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. A. **Estrutura fundiária em Goiás**. Goiânia: UCG, 1993. (Coleção Teses Universitárias).
- ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2 n. 21, ano 19, jul/dez. 2003.
- ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, jul/dez. 2003.
- AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Trad. B. Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ANDRADES, T. O de. GANINI, R. N. Revolução Verde e a Apropriação Capitalista. In: **CES Revista**, v. 21, Juiz de Fora: 2007. p. 43-56.
- AVELAR, G. A. **Desenvolvimento capitalista e apropriação desigual do espaço agrário em Goiandira-GO**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Goiânia, 1999.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. São Paulo: JTD, 1990

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. **Campesinato goiano**. Goiânia: UFG, 1986. (Coleção Documentos Goianos, n. 16).

CARVALHO, H. M. (Org.). **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão popular, 2003.

_____. **O camponês: guardião da agrobiodiversidade**. Curitiba, janeiro de 2013. Fonte: e-mail.

_____. **A hegemonia burguesa e a “consciência feliz” das massas populares**. Curitiba, junho de 2008. Fonte: e-mail.

_____. **Na sombra da imaginação: a recamponesação do Brasil**. Curitiba, Maio de 2010. Fonte: e-mail

CAUME, J. D. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.

DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

DUARTE E. G. **Do mutirão à ocupação de terras: manifestações camponesas contemporâneas em Goiás**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

GUIMARÃES, M. T. C. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: UFG, 1988. (Coleção Teses Universitárias).

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. Tradução de O. E. W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. Revisando a questão agrária. **Jornal Sem Terra**. 160. p. 15. São Paulo: MST. Entrevista, julho de 1996.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura** – Um caso em Catalão/Goiás. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

PESSOA, J. M. **A revanche camponesa**. Goiânia, UFG, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: _____. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, A. F, EICHOLZ, E. D. NEVES, E. **Agricultura familiar: sementes da esperança**. Canguçu: Menstrel, 2006.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. Petrópolis: **Estudos Cebrap**, n. 26, 1980.

_____. El campesinato como clase. In: **Campesinos e sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura, 1979.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.